

PARTICIPAÇÃO Notícia da edição impressa de 19/05/2015

Coletivos fazem política pela ação popular

Movimentos horizontais e novas associações catalizam esforços em debates alternativos ao poder institucionalizado

Lívia Araújo

Vários tipos de coletivos e movimentos, surgidos recentemente, têm incorporado novas estruturas de organização para cumprir suas agendas de luta. Conceitos como o da horizontalidade, que prescinde a presença de lideranças formais como diretores ou presidentes, passaram a ganhar mais atenção da mídia a partir dos protestos de junho de 2013, quando as autoridades não conseguiam definir quem eram "os líderes" de vários coletivos em protesto.

Em comum, muitos desses grupos são envolvidos, de alguma maneira, com direitos voltados ao uso do espaço público. Entre estes, está a Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta (Mobicidade), surgida pela integração de alguns ciclistas que se encontravam mensalmente no passeio conhecido como Massa Crítica.

Visando a pressionar o poder público para promover transformações no planejamento urbano que priorizem pedestres, ciclistas e usuários de transporte público, a Mobicidade se organiza, na prática, sem o atrelamento à figura de uma diretoria que "conduza" os trabalhos do coletivo, mesmo que, formalmente, sejam cumpridas exigências legais como a formação de diretoria e conselhos.

Para a produtora de vídeo Tássia Furtado, que integra o coletivo, na organização horizontal "a importância de cada um fica mais nítida. Para tocar um projeto, a pessoa tem que querer estar ali, normalmente é ela que se responsabiliza por conduzir a própria ideia que ela sugere. Isso também faz com que nosso formato nos possibilite ter mais projetos funcionando ao mesmo tempo", acredita.

Para o doutor em Ciência Política e professor da Ufrgs Alfredo Alejandro Gugliano, existe um anseio por mudança nos coletivos horizontalizados. "Há um questionamento quanto ao risco de reproduzir práticas e estruturas autoritárias de representação e também uma forte desilusão com o sistema político tradicional, que envolve as formas de gestão política e a escolha de dirigentes", pontua. Para ele, a experiência também pode ser pedagógica, pois "cria condições para que a prática política seja um processo de constante aprendizagem e não uma ação imposta", analisa.

Segundo o publicitário Cadu Carvalho, também integrante da Mobicidade, a formalização do grupo foi um passo necessário para estabelecer diálogos com outras entidades e governo, ou conseguir apoios que dependiam da existência de uma organização convencional.

No entanto, a exemplo das jornadas de junho, nem todo movimento precisa se formalizar para alcançar mobilização. Grupos como o Ocupa Cais Mauá e o Cais Mauá de Todos já realizaram atos, festivos e de protesto, que contaram com a presença de centenas de pessoas que questionam o projeto de concessão do espaço ? outrora público ? à iniciativa privada e que prevê a instalação de torres comerciais e de um shopping center.

Um dos coordenadores do Cais Mauá de Todos, o sociólogo João Volino Corrêa afirma que esse tipo de movimento serve como renovação a formatos já existentes. "Os conselhos municipais sempre permitiram a participação de lideranças e movimentos e estão à frente de demandas importantes e permanentes da sociedade, mas seus integrantes são quase sempre os mesmos", afirma.

Para Volino, "o cidadão tem de entender as instituições, mas elas não devem ser as únicas a fazer política. Ele precisa entender seu protagonismo no exercício da política no dia a dia", analisa. As decisões do coletivo são tomadas por integrantes ligados também a outras organizações e coletivos, como o que organiza a Serenata Iluminada, o Instituto dos Arquitetos do Brasil, entre outros. "Cada um propõe, recebe e dá suas contribuições", resume.

Para Cadu Carvalho, da Mobicidade, a manutenção da horizontalidade faz com que a política seja tratada de maneira mais direta. "A partir do momento em que a gente se coloca a favor ou contra intervenções do poder público, ou tem uma demanda, já está interferindo politicamente. O cidadão tem de participar da vida da cidade no máximo de esferas possível, porque também somos responsáveis pelas coisas boas e ruins da cidade em que vivemos", acredita.

E, se o formato "horizontal" ainda não está plenamente consolidado, certamente tem conseguido resultados: em 18 de abril, um evento organizado pelo Cais Mauá de Todos, nos arredores do local, reuniu centenas de pessoas e trouxe artistas e personalidades para, com a própria ocupação festiva do espaço público, questionar o que consideram uma privatização da área.

No caso dos ciclistas, a Mobicidade já conseguiu atenção midiática em torno de temas como recursos para o Plano Diretor Ciclovitário da Capital; realizou, em parceria com a prefeitura de Porto Alegre, o projeto Rua para Pessoas, redesenhando ruas do Centro da cidade, entre outras iniciativas.



MARCELO G. RIBEIRO/JC
Tássia, da Mobicidade, defende mobilidade urbana mais democrática